

## XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 98

IX Encontro dos Grupos de Trabalho de Ciências da Comunicação

Grupo de Trabalho de Políticas de Comunicação

### TV por Assinatura: mercado e processo regulatório do MMDS

*Juliano Maurício de Carvalho*<sup>1</sup>

*FAV - UNISO*

#### 1. Histórico da regulamentação

A tecnologia em TV por Assinatura, hoje conhecida por MMDS (Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)<sup>2</sup>, existe há pelo menos 18 anos. Foi nos EUA que as faixas de microondas para transmissão de sons e imagens começaram a ser utilizadas, antes mesmo que o serviço de MMDS fosse implantado para o mercado de televisão.<sup>3</sup>

Atentos às facilidades propiciadas pelas transmissões em faixas de microondas em vários canais, especialistas e empresários do setor despertaram para a possibilidade de comercialização do serviço, até então utilizado apenas para fins acadêmicos. É nessa perspectiva que nasce, na década de 1980, o MMDS, conhecido nos EUA como *Wireless Cable*, o “Cabo sem fio”.

No Brasil a implantação do MMDS é uma história muito obscura e cheia de favorecimentos inexplicáveis.<sup>4</sup> Oficialmente a implantação do MMDS para o serviço de

---

<sup>1</sup> Professor das Faculdades de Valinhos, Uniso (Universidade de Sorocaba), PUC-Campinas e mestrando no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, na área de Políticas de Comunicação. Email:juliano@turing.unicamp.br.

<sup>2</sup> MMDS: do inglês *Multipoint Multichannel Distribution Service*).

<sup>3</sup> MARTINS, Wilson. *Saiba de onde vem e para onde vai o MMDS*, Revista *Tela Viva*, suplemento *Pay-TV*, p. 9

<sup>4</sup> CARVALHO, Juliano. *MMDS; a disputa pela introdução da TV por Assinatura no Brasil*, p.6.

TV por Assinatura, ocorre em fevereiro de 1994, com a assinatura da Portaria 43<sup>5</sup> pelo ministro das Comunicações, Djalma de Moraes.

Na prática a introdução de tecnologias em televisão e, em especial, do MMDS, vem sendo montada desde 1974. Ao todo são nove portarias ministeriais que, no transcorrer de todos esses anos, regulamenta o serviço, introduz a tecnologia, abre mercados e alija a sociedade.

Tudo começa quando várias empresas se candidatam a explorar um serviço denominado CFTV (Circuito Fechado de Televisão), que tinha por finalidade transmitir imagens e sons, entre o estúdio e as redações de empresas de comunicação ou mesmo servir como alternativa para operações comunitárias, uma televisão de bairro, apesar de esta última finalidade não estar explícita na norma.

De posse da permissão para utilizar os canais do CFTV, várias empresas começam a comercializar programação em vários bairros, em cidades inteiras. Estava começando o serviço de TV por Assinatura por microondas.

Quando o Governo Federal viu que a situação estava no limite e que a clandestinidade do serviço só tinha duas alternativas, ser extinta ou regulamentada (oficializada), ele baixa uma portaria que cria as condições para que os empresários do CFTV optassem pelo MMDS.<sup>6</sup>

Sete empresas optaram e doze permissões de TV por Assinatura foram concedidas (Tabela 1). Atualmente seis delas estão sob o comando do Grupo Abril, distribuídas pelas cidades de Belém, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. As demais permissões foram feitas para Fortaleza (TV Show Brasil Ltda.), Brasília (TV Filme Ind. Com. Serv. Telec. Ltda.), Curitiba (CBF - Inst. Prod. T. de Serv. TV Cabo Ltda.), Porto Alegre (Rádio e TV Gaúcha), Recife (Espia Vídeo Cine Foto Som Ltda.) e São Paulo (Ipê Rádio e Televisão Ltda.).

---

<sup>5</sup> BRASIL. Minicom. Portaria nº 43, de 10 de fevereiro de 1994. *Diário Oficial da União*.

<sup>6</sup> CARVALHO, J. *MMDS; a história da TV por Assinatura no Brasil*.

**Tabela 1**

**Empresas que possuem permissão para operar MMDS**

<i>Nome da Empresa</i>	<i>Cidade/UF</i>
CABO TV - INST.ASSIST. TEC. PROD. E TRANSM. DE SIST. DE TEL.CABO LT	CURITIBA/PR
SPIA VIDEO CINE FOTO SOM LTDA.	RECIFE/PE
TELEVISAO GAÚCHA S/A	PORTO ALEGRE/RS
TEVECAP S/A	SÃO PAULO/SP
TEVECAP S/A	SAO PAULO/SP
TV FILME BELEM SERVIÇOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	BELEM/PA
TV FILME BRASILIA SERVIÇOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	BRASILIA/DF
TV FILME GOIANIA SERVIÇOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	GOIÂNIA/GO
TV SHOW BRASIL LTDA	FORTALEZA/CE
TVA BRASIL RADIOENLACES LTDA	SAO PAULO/SP
TVA SUL PARANA LTDA	CURITIBA/PR
YPE RADIO E TELEVISAO LTDA	SAO PAULO/SP

Fonte: Ministério das Comunicações.

[http://www.anatel.gov.br/areasatuacao/Tvcmmms/Novo\\_MMDS\\_Operadores.htm](http://www.anatel.gov.br/areasatuacao/Tvcmmms/Novo_MMDS_Operadores.htm)

Ao final desta história, saíram ganhando os “desbravadores”, que sabiamente iniciaram as primeiras operações em TV por Assinatura nas capitais. Já na disputa pelos mercados fluorescentes, quem perde são os novos empreendedores. Isso porque agora o Ministério das Comunicações abriu os editais para as operações em TV por Assinatura nas capitais para conceder canais disponíveis em MMDS. Com isso, os novos permissionários terão

maiores dificuldades, pois disputarão o mercado com a TV a Cabo<sup>7</sup>, DBS<sup>8</sup> (satélites) e o LMDS<sup>9</sup>.

Antes mais indicado para regiões com média densidade demográfica, este sistema pode ser hoje disponibilizado em qualquer região. A chegada do MMDS digital, prevista para breve, permitirá um aumento do número de canais oferecidos no sistema de 31 para mais de 100 canais<sup>10</sup>.

Para Daniel Herz<sup>11</sup>, o processo decisório<sup>12</sup> para a implantação do MMDS no Brasil, se deu por meio da criação de “situações de fato”, e é exemplo típico da política do Executivo e do setor privado, para a área das comunicações, até o início da década de 1990. A disputa da regulamentação da TV a Cabo, que resultou na aprovação da Lei 8.977<sup>13</sup>, possibilitou que, pela primeira vez na história do país, uma legislação de comunicação resultasse de um processo democrático de debate e de um consenso estabelecido na sociedade.<sup>14</sup>

“A aprovação desta lei introduziu uma nova abordagem conceptual que se impõe num contexto em que se verifica uma acirrada disputa no mercado de TV por Assinatura. No segmento empresarial, defrontam-se os grupos empresariais que fizeram suas opções tecnológicas e comerciais preferenciais, pela TV a Cabo e pelo MMDS. Enquanto a Lei da TV a Cabo ainda tramitava no Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações

---

<sup>7</sup> A TV a Cabo é um sistema de telecomunicação que transporta unidirecionalmente sinais de TV, com distribuição a assinantes, geralmente através de cabos coaxiais. O serviço é distribuído a assinantes e prevê retransmissão de programas de terceiros, produção e transmissão de programas gerados na própria estação de transmissão, bem como outros serviços de caráter unidirecional.

<sup>8</sup> DBS é a tecnologia de TV por Assinatura que se utiliza de satélites para a transmissão de imagens e sons. Operam atualmente neste mercado o Grupo Abril e a NetSat (Globopar).

<sup>9</sup> LMDS, do inglês, *Local Multipoint Distribution Service*. A tecnologia ainda não foi regulamentada para o serviço de TV por Assinatura.

<sup>10</sup> MMDS. <http://www2.uol.com.br/tva/boletim/trans.htm>.

<sup>11</sup> HERZ, D. *Proposta para a regulamentação do MMDS*; estatuto público, complementaridade e competitividade.

<sup>12</sup> Sobre Processo Decisório, ver: LINDBLOM, Charles Edward. *O processo de decisão política*.

<sup>13</sup> BRASIL, Lei 8.977, 6 jan. 1995. A Lei da TV a Cabo regulamenta o serviço de cabodifusão. *Diário Oficial da União*.

<sup>14</sup> RAMOS, Murilo Cesar & MARTINS, Marcus. *A TV por Assinatura no Brasil*; conceito, origens, análise e perspectivas.

baixou uma portaria regulamentando o MMDS. O Congresso Nacional reagiu com a apresentação de um projeto de lei para o MMDS (elaborado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)<sup>15</sup> e com o fechamento de acordo político para evitar que esta regulamentação adquirisse plena vigência, até que a Lei do MMDS fosse votada. Os setores organizados da sociedade, aglutinados no Fórum, por sua vez, reagiram com uma ação junto à Procuradoria-Geral da República, que concordou em ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal para barrar a vigência da portaria.”<sup>16</sup>

## **2. Processo regulatório**

Após várias tentativas de regulamentação e abertura definitiva do mercado MMDS por parte do Ministério das Comunicações, finalmente, no ano passado foram publicadas as regulamentações que praticamente complementam a legislação de TV por Assinatura, em especial do MMDS.

O governo realmente optou em regulamentar o serviço de TV por Assinatura por MMDS por meio de atos normativos do próprio Ministério e agora pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), o órgão regulador,<sup>17</sup> criado pela Lei 9.295,<sup>18</sup> em julho de 1996. Uma opção diferente teria sido a aprovação de lei pelo Congresso Nacional, como fora com a TV a Cabo. Vários projetos de lei para o MMDS tramitam no Congresso.

---

<sup>15</sup> O Fórum Nacional pela Democratização é uma instituição que congrega dezenas de entidades nacionais como: Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Fittel (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações), CUT, ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular), Aneate (Associação Nacional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação); além de diversos comitês regionais, que congregam entidades em âmbitos estadual e municipal.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> O órgão regulador importa a experiência norte-americana, desempenhada há décadas pela FCC (Federal Communication Commission).

<sup>18</sup> BRASIL, Lei 9.295, 19 jul. 1996. A Lei Mínima dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador. *Diário Oficial da União*.

Em 9 de setembro de 1996, o Ministério das Comunicações começa a alterar a norma da Portaria 43, aprovando a Portaria 1.085,<sup>19</sup> e consolida a política para o MMDS com a Norma 2-94,<sup>20</sup> que é uma revisão da portaria de 1994. Essa legislação cria as seguintes condições para o mercado: possibilidade de o capital estrangeiro explorar, sem nenhuma restrição, o serviço de MMDS, não- exclusividade de prestação de ambos os serviços numa mesma área e a prerrogativa de apenas o Ministério das Comunicações iniciar o processo de outorga.

Pela primeira vez o processo de abertura no serviço é iniciado por meio de licitações, com base na Lei de Concessões e Lei de Licitações.<sup>21</sup> A permissão do serviço deixa de ser apenas por critérios políticos e “técnicos” (grifo do autor) e passa a levar em consideração o preço pago pela iniciativa privada para cada permissão.

O valor mínimo, conforme levantamento apresentado no Anexo I, considera as condições mercadológicas do local licitado: serviços de TV por Assinatura disponíveis na área (concorrência), população e número de domicílios. A Tabela 2 totaliza o preço mínimo por estado e é uma referência para a análise do valor que o governo pode arrecadar com os leilões.

---

<sup>19</sup> BRASIL, Portaria 1.085, 9 set. 1996. Aprova norma para o MMDS. *Diário Oficial da União*.

<sup>20</sup> BRASIL. Norma 02-94. Revisa a Norma de 1997. *Diário Oficial da União*.

<sup>21</sup> BRASIL, Lei 8.666, 21 jun. 1993. Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. *Diário Oficial da União*.

<b>Tabela 2</b>	
<b>Preço mínimo por Estado</b>	
Acre	R\$ 231.975,63
Alagoas	R\$ 1.091.925,65
Amapá	R\$ 100.422,35
Amazonas	R\$ 1.065.481,14
Bahia	R\$ 3.136.441,03
Ceará	R\$ 308.296,62
Espírito Santo	R\$ 962.715,60
Goiás	R\$ 135.570,17
Maranhão	R\$ 1.154.187,53
Mato Grosso	R\$ 525.208,88
Mato Grosso do Sul	R\$ 666.804,43
Minas Gerais	R\$ 5.145.306,68
Pará	R\$ 270.136,12
Paraíba	R\$ 925.894,09
Paraná	R\$ 1.437.378,58
Pernambuco	R\$ 340.431,78
Piauí	R\$ 615.589,03
Rio Grande do Norte	R\$ 839.530,86
Rio Grande do Sul	R\$ 1.312.368,08
Rio de Janeiro	R\$ 451.231,10
Rondônia	R\$ 176.073,86
Roraima	R\$ 106.447,69
Santa Catarina	R\$ 1.324.236,06
São Paulo	R\$ 4.908.309,87
Sergipe	R\$ 539.268,03
Tocantins	R\$ 73.308,32
<b>Total</b>	<b>R\$ 49.136.424,78</b>

Fonte: Concorrências 01 a 07 para MMDS do Ministério das Comunicações.

Ao todo são lançadas sete concorrências em três lotes. Cada concorrência agrupa as localidades em três modalidades. a) cidades com menos de 300 mil habitantes; b) entre 300 mil e 700 mil habitantes e c) acima de 700 mil habitantes. Apesar de iniciado no final do ano passado, até o final deste levantamento, o governo não havia realizado nenhuma permissão.

Várias concorrências foram suspensas na Justiça por empresas participantes da licitação. O governo vem vencendo as ações judiciais, mas nenhuma permissão foi concedida. Algumas cidades, inclusive capitais, não tiveram interessados no leilão. O motivo alegado é que há serviço de TV por Assinatura na localidade ou que o mercado não absorveria mais uma operação de MMDS, conforme o Anexo I.

A Anatel mantém sob sua guarda as propostas para as sete concorrências envolvendo 90 localidades, mas há informações no mercado de que algumas propostas apresentam um ágio de até 30% sobre o valor mínimo. A Tabela 2 totaliza o valor mínimo que o governo arrecadaria por estado, e aponta a estimativa de que o governo arrecadaria, em todas licitações abertas até agora, no mínimo R\$ 50 milhões.

### **3. O mercado do MMDS**

O mercado da TV por Assinatura é um dos que mais cresce na área das comunicações<sup>22</sup>: chega a 6% de todos os domicílios com TV no Brasil. Em torno de 95% dos assinantes são das classes A e B. Estima-se que a TVA e o sistema Net/Multicanal tenham juntas 2,5 milhões de assinantes.<sup>23</sup>

Segundo dados da ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura) foram investidos, no negócio de TV por Assinatura até 1997, US\$ 2 bilhões e obtido um faturamento de US\$ 1,5 bilhão. O mercado gera 12 mil empregos diretos e 40 mil indiretos.

A estimativa da ABTA é de que até o ano de 2001 serão investidos no mercado US\$ 5 bilhões, gerando 30 mil empregos diretos e 100 mil indiretos. A TV por Assinatura no Brasil é uma indústria de enorme potencial de crescimento.

Segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) de 1996, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil tem uma população de 160.965.952 de habitantes, distribuídos em 40.220.930 de domicílios, dos quais 33.517.938 com TV, constituindo-se uma média de 5,08 habitantes/domicílio com TV. O país é o sexto maior mercado em todo o mundo em TV por Assinatura. No

---

<sup>22</sup>O termo *comunicações*, no plural, é usado para caracterizar a convergência entre meios de comunicação de massa, telecomunicações e informática, *apud* RAMOS, Murilo Cesar & MARTINS, Marcus. *A TV por Assinatura no Brasil*; conceito, origens, análise e perspectiva. p. 1.

<sup>23</sup> Grupo de Mídia. *Território a desbravar*. <http://www.trix.net/midia/>

entanto só 80 de seus mais de 5 mil municípios já dispõem de TV por Assinatura (nos sistemas de cabo e MMDS).<sup>24</sup>

De 250 mil em 1993, o número de assinantes saltou, em quatro anos, para 2 milhões, num vertiginoso crescimento médio anual superior a 80%, conforme mostra a Tabela 3. A Tabela 4 mostra a estimativa de crescimento em assinantes de TV por Assinatura nos próximos anos e a Tabela 5 apresenta o número de assinantes em cada tecnologia. O levantamento foi efetuado pela ABTA.

### **Tabela 3**

#### **Evolução do número de assinantes**

1993	250.000
1994	400.000
1995	1.000.000
1996	1.800.000

Fonte: ABTA.

### **Tabela 4**

#### **Projeções**

1998	4.000.000
1999	6.000.000
2000	7.000.000
2001	8.000.000
2006	14.000.000

Fonte: ABTA.

---

<sup>24</sup> Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA. *Mercado*.  
<http://www.abta.com.br/centrorf/mercado/mercado.htm>.

## Tabela 5

### Número de assinantes por tecnologia

<b>Tabela 6</b>					
<b>Total Brasil - base dezembro 1997</b>					
	<b>Cabo</b>	<b>MMDS</b>	<b>Satélite</b>		<b>Total</b>
			<b>Banda C</b>	<b>Banda Ku</b>	
<b>Assinantes*</b>	1.758.124	420.351	165.538	227.300	2.571.313
<b>(%) do total</b>	68,37%	16,35%	6,44%	8,84%	100%
<b>Crescimento no trimestre</b>	0,20%	-2,40%	-7,79%	34,70%	1,50%

*\*O número de assinantes inclui "backlog" da Multicanal – Fonte PAY-TV Survey (PTS)*

### 3.1 As empresas do mercado

No mercado de TV por Assinatura, existem empresas que franqueiam, programação e outras que operam concessões e permissões. Apesar da tentativa do governo de descentralizar as concessões, os grupos Globo e Abril detêm por meio de várias subsidiárias, 95% dos assinantes do serviço de TV paga no Brasil. Com o processo de concentração do mercado, havido nos últimos três anos, apenas 5% dos assinantes são atendidos por operadoras independentes.<sup>25</sup>

#### 3.1.1. NET-Multicanal

A NET Brasil é uma empresa da *holding Globopar*, que tem como maior acionista a família de Roberto Marinho. A *Rede Brasil Sul (RBS)*<sup>26</sup>, da família Sirosky, e

<sup>25</sup> LOBATO, Elvira. *Net e TVA têm 95% do setor. Folha de S. Paulo*. Dinheiro p.2-5.

<sup>26</sup> RBS-Rede Brasil Sul é um grupo fundado em 1957 com forte atuação no Sul do país, onde é líder do mercado de comunicação (TV, jornal e rádio) e de audiência (mais de 15 milhões de pessoas). O grupo é formado por 16 emissoras de TV - afiliadas à Rede Globo de Televisão -, quatro jornais e 22 estações de rádio, todos atuando nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

a Multicanal,<sup>27</sup> do empresário Antônio Dias Leite (ligado ao setor de mineração), também têm participação acionária na NET Brasil.

A NET é uma franqueadora de TV por Assinatura que dá suporte em programação e marketing para cinco grandes multioperadores brasileiros - Globocabo, Multicanal, NET Sul, NetSat e Unicabo - e franqueados. Estes cinco grupos mantêm 53 operadoras de TV por Assinatura (cabo, MMDS e satélite). O sistema Net/Multicanal/Sky<sup>28</sup> atesta que fechou 97 com o total de 1.647.151 de assinaturas<sup>29</sup>.

O conceito é novo, segundo Alberto Pecegueiro, diretor-geral da Globosat<sup>30</sup>, e significa que a empresa não é uma programadora nem uma operadora, é uma intermediária. Em tese, a franqueadora compra os programas e os repassa para as operadoras, vendendo com o pacote de canais a sua marca.

As participações em operações de DISTV (TV a Cabo) superam os 50% do total de permissões para o serviço. Apesar de negar que possua assinantes diretos, a NET tem investimentos em operações em vários grandes mercados do País.

Na avaliação da NET, o MMDS é um alavancador de mercado. Em localidades onde o MMDS é comercializado, quando introduzida a TV a Cabo, a tendência é de uma absorção de 80% dos assinantes de MMDS pelo cabo, apontam os dados da franqueadora. “O MMDS é um grande demonstrador do produto de televisão por assinatura. (...) nosso melhor vendedor é a TVA. O cabo tem sido mais competitivo em uma série de lugares...”, diz Pecegueiro. Apesar das críticas ao sistema de microondas, a NET possui vários pedidos no Minicom para a nova tecnologia.

A Globo possui, além da NET, outras empresas operando no mercado de TV por Assinatura. A Globo Cabo é uma subsidiária criada para operacionalizar as participações do grupo com os investimentos em DISTV. A Globosat foi a pioneira no ramo e inicialmente produzia e comercializava TV por Assinatura em DTH. Hoje a

---

<sup>27</sup> A Multicanal Participações é uma empresa de capital aberto da GP Participações, Antonio Dias Leite Neto e Globocabo - que atua na área de TV por Assinatura com a marca Multicanal - e tem hoje uma série de operadoras de TV a Cabo em funcionamento em diversas cidades brasileiras.

<sup>28</sup> O Sky, sistema semelhante da Globo, passou de 3.308 para 84.464 usuários em 1997.

<sup>29</sup> PADIGLIONE, Cristina. Fermento. *Folha de S. Paulo*. Ilustrada. pp. 4-.

<sup>30</sup> Em entrevista concedida ao autor em 20.10.94.

Globosat é apenas uma programadora e trabalha em parceria com a NET. A NETSat<sup>31</sup> é a empresa responsável pelo mercado com TV por Assinatura em DTH.

### 3.1.2. Grupo Abril

A TVA (Sistema de Televisão S.A.) é a empresa de televisão por assinatura composta pelo Grupo Abril. A TVA iniciou suas transmissões em 1991, com cinco canais: Showtime, ESPN (transmitidos inicialmente em UHF), TNT, Supercanal e CNN (transmitidos em MMDS). Em cinco anos de atividades, conquistou uma base de 1 milhão de assinantes e possui operações próprias nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Camboriú.<sup>32</sup>

“A TVA, do grupo Abril, tinha 349 mil assinantes no final de 96 e fechou o ano passado com 545 mil. Raul Rosenthal, presidente da TVA, diz que a base de assinantes da empresa cresceu 56%, contra 39% da média do mercado, graças, sobretudo, à aceitação do sistema de televisão via satélite para as miniantenas parabólicas.

A DirecTV, sistema de miniparabólicas da Abril, evoluiu de 23 mil assinantes, em dezembro de 96, para 143 mil assinantes, no final do ano passado.”<sup>33</sup>

Em parceria com a TV Filme, a TVA mantém operações em Brasília, Belém e Goiânia. Com a Bell Canadá, mantém a Canbrás, que atua no ABC e na Baixada Santista. A programação TVA também é distribuída para uma rede de mais de 60 operadores em todo o país.

A TVA foi a primeira TV por Assinatura no país a transmitir por MMDS. Esta iniciativa pioneira da TVA provocou o rápido crescimento da televisão por assinatura no país, tornando o Brasil um dos maiores mercados para este sistema. A TVA é a segunda maior empresa operando com MMDS em todo o mundo.

---

<sup>31</sup> “A NetSat operadora de TV por satélite tem sede em São Paulo, mas 60% de suas ações estão em nome de uma empresa chamada Ivens Sociedad Anonima, registrada no final de 1995 pela Globo e pela RBS (Rede Brasil Sul) no Uruguai. O restante do capital pertence à News DTH do Brasil, que, por sua vez, é controlada por duas empresas de Rupert Murdoch registradas em Grand Cayman, um paraíso fiscal do Caribe.” In: *FOLHA DE S. PAULO*, 20 jul. 1996, p. 1-5.

<sup>32</sup> TVA. <http://www2.uol.com.br/tva/boletim/institu.htm>

<sup>33</sup> LOBATO, Elvira. Net e TVA têm 95% do setor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Dinheiro p. 2-5.

A TVA possui quatro parceiros no mercado de TV por Assinatura<sup>34</sup>: Chase Manhattan (9%); Falcon Cable (14%); Disney/ABC (10%) e Hearst Corp. (10%).

## Conclusão

A abertura do mercado de TV por Assinatura e, em especial o de MMDS, consolidou o cenário de concentração das permissões/concessões dos grupos Abril e Globo. A tentativa de leiloar as concessões e pontuar as licitações com critérios como a propriedade cruzada - donos de outras concessões perderiam pontos nas novas licitações - não resolveu o problema da concentração. O próprio grupo Abril mostrou que a receita para fugir da perda de pontos é jurídica, ou seja, criam-se novas empresas com capital do grupo de até 10% e a perda de pontos no leilão, por monopólio, fica resolvida.

Do ponto de vista do processo regulatório, o governo também optou por configurar o MMDS e o DTH como serviços especiais de telecomunicações, dispensando, portanto, a necessidade de lei ordinária, algo conquistado por um histórico acordo entre entidades da sociedade civil agrupadas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e o setor empresarial na Lei da TV a Cabo.

O governo optou também por confirmar as 12 permissões para as empresas que iniciaram o serviço sem legislação, beneficiando diretamente o grupo Abril, proprietário

---

<sup>34</sup> **Chase Manhattan** - em julho de 1994, o Chase Manhattan associou-se à TVA, como parte de sua estratégia global de atuar fortemente em outros setores da economia, entre eles, mídia e comunicação. Em agosto de 1996, o Chase Manhattan uniu-se ao Chemical Bank para formar a maior instituição bancária dos EUA. **Capital Cities/ABC** - controlada pela Disney, é a maior empresa de entretenimento do mundo, possui 11 estações de tevê, 228 afiliadas e 21 rádios, além dos canais ESPN, Lifetime, A&E e Disney Channel. A Capital Cities/ABC também é sócia da TVA no canal ESPN Brasil. **The Hearst Corporation** - maior editora de revistas dos EUA, distribui anualmente mais de 250 milhões de exemplares de seus 15 principais títulos (*Cosmopolitan*, *Marie Claire*, *Esquire*, *Harper's Bazaar*, entre outros). Possui ainda emissoras de rádio e tevê e distribui tiras de quadrinhos para 78 países. **Falcon International Communications** - está entre as dez maiores operadoras de cabo dos EUA, atende a 1,1 milhão de assinantes em 27 estados. A Falcon, cujo valor de mercado é hoje estimado em US\$2 bilhões, está envolvida com negócios nos setores de TV a cabo e telefonia ao redor do mundo e é parceira ativa em sistemas instalados no Reino Unido, França, México, Filipinas e Índia. Apud URL: <http://www2.uol.com.br/tva/boletim/institu.htm>

de seis permissões. Algo parecido com o que ocorreu na regulamentação do DTH, pela qual foram beneficiados: Globo, Abril e Bandeirantes. A política de legitimar as situações de fato, desenhada ao longo de 20 anos nas políticas de concessão do Ministério das Comunicações, foi o modelo adotado.

Com o objetivo de descrever o cenário regulatório e mercadológico do MMDS, esta pesquisa em andamento não esgota as possibilidades de análise do cenário aqui esboçado, mas apresenta algumas hipóteses para o processo em andamento.

Quanto o governo arrecadará com as permissões de MMDS, considerando que, pelo valor mínimo, a estimativa é de R\$ 50 milhões, desprezando-se o quarto lote de licitações que ainda será lançado? Ao outorgar as permissões que estão na Anatel, manter-se-á o quadro atual, que apresenta 90% das permissões para os grupos Globo e Abril?

As conquistas de participação da sociedade, direitos do assinantes e canais de acesso público seriam estendidas da Lei da TV a Cabo, para uma lei de Comunicação de Massa – em elaboração no Ministério – para o MMDS e o DTH?

O mercado de trabalho em TV por Assinatura, hoje em 12 mil postos diretos e 40 mil indiretos, será ampliado na proporção das concorrências abertas ou a cartelização da TV por Assinatura desprestigiaria iniciativas como a produção local e independente em TV?

## **Bibliografia**

1. BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 agosto de 1962. Código Brasileiro de Telecomunicações e Radiodifusão. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1962. Seção 1.
2. BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília.
3. BRASIL. Minicom. Portaria nº 43, de 10 de fevereiro de 1994. *Diário Oficial da União*, Brasília.
4. BRASIL. Lei nº 8.977, de 6 janeiro de 1995. A Lei da TV a Cabo regulamenta o serviço de cabodifusão. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1995, Seção 1.
5. BRASIL. Lei nº 9.295, de 19 julho de 1996. A Lei Mínima dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996. Seção 1.
6. BRASIL. Lei 9.472, de 16 julho de 1997. A lei geral dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1997. Seção 1.
7. BRASIL. Decreto nº 2.196, de 08 abril de 1997. Regulamenta os Serviços Especiais de Telecomunicações. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1.
8. BRASIL. Portaria nº 1085, de 9 setembro de 1996. Aprova norma para o MMDS. *Diário Oficial da União*, Brasília.
9. BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 281, 28 novembro de 1995. *Diário Oficial da União*. Brasília.
10. BRASIL. Norma nº 02-94. Revisa a Norma de 1997. *Diário Oficial da União*, Brasília.

11. CARVALHO, Juliano Maurício de. *MMDS; a história da TV por Assinatura no Brasil*. Campinas: Puccamp, 1994. mimeo. 232 p.
12. \_\_\_\_\_. *MMDS; a disputa pela introdução da TV por Assinatura no Brasil*. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, GT de Políticas Nacionais de Comunicação, 1995, Aracajú, **Anais....**
13. \_\_\_\_\_. *A Política de Satélites no Brasil: a regulamentação do DTH*. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, GT de Políticas Nacionais de Comunicação, 1997, Santos, **Anais....**
14. LINDBLUM, Charles Edward. *O processo de decisão política*. Trad. de Sergio Bath. Brasília: UNB, 1981. 124p.
15. LOBATO, Elvira. Net e TVA têm 95% do setor. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 mar. 1998. Dinheiro pp.2-5.
16. *Operadores de MMDS*. [Tvcmmnds/ Novo\\_MMDS\\_Operadores.htm](#)> (29/06/98).
17. PADIGLIONE, Cristina. Fermento. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24 mar. 1998. Ilustrada. pp. 4-4.
18. RAMOS, Murilo Cesar & MARTINS, Marcus. *A TV por Assinatura no Brasil; conceito, origens, análise e perspectivas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, GT de Políticas Nacionais de Comunicação, 1995, Aracajú, **Anais...** 30p.

## Anexo I - Cidades em processo de licitação

Estados/Cidades*	População	Preço mínimo**
<b>ALAGOAS</b>		
Maceió	712.889	984.473,74
Arapiraca ***	172.639	107.451,91
<b>AMAZONAS</b>		
Itacoatiara ***	64.616	27.114,04
Manaus	1.154.330	1.013.261,51
Parintins ***	71.356	25.105,59
<b>BAHIA</b>		
Feira de Santana	447.781	305.283,94
Ilhéus	240.502	132.557,50
Itabuna	182.660	146.616,63
Jequié	164.802	86.363,22
Vitória da Conquista	240.931	153.646,19
Salvador	2.196.269	2.3111.973,55
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
Vitória	264.946	688.562,59
Cachoeira de Itapemirim	149.631	157.663,09
Colatina	104.119	72.304,09
São Mateus	81.894	44.185,83
<b>MATO GROSSO</b>		
Cuiabá	430.212	525.208,88
<b>PARAÍBA</b>		
João Pessoa	544.753	537.259,59

\* A tabela leva em consideração apenas a cidade-sede da licitação, desprezando as abrangidas no raio de permissão, apresentadas no edital.

\*\* O preço mínimo foi estipulado pelo Ministério das Comunicações por meio dos editais, levando em consideração o número de habitantes da área abrangida pela permissão e o número de domicílios.

Estados/Cidades*	População	Preço mínimo**
Campina Grande	343.196	388.634,50
RIO GRANDE DO NORTE		
Currais Novos	40.459	42.177,39
Mossoró	205.214	116.489,92
Natal	652.902	680.863,55
MARANHÃO		
São Luís	776.447	928.237,24
Imperatriz ***	272.873	225.950,29
Caxias	145.686	58.244,96
MINAS GERAIS		
Juiz de Fora	421.604	385.621,84
Frutal	45.329	70.295,65
Governador Valadares	229.458	130.549,06
Monte Claros	270.113	131.218,54
Patrocínio	67.815	44.185,83
Uberaba	235.738	120.506,83
Uberlândia	437.193	390.642,94
Conselheiro Lafaiete	94.270	69.291,42
Divinópolis	170.753	144.608,19
Ipatinga	194.571	211.891,16
Patos de Minas	112.384	82.346,33
Belo Horizonte	2.077.213	3.364.148,89
MATO GROSSO DO SUL		
Campo Grande	596.331	552.322,95
Dourados	152.489	114.481,48
PIAUI		
Teresina	653.427	506.128,67
Parnaíba	131.392	109.460,36
PARANÁ		
Cianorte	52.205	74.312,54
Maringá	266.628	282.856,29

Estados/Cidades*	População	Preço mínimo**
Cascavel ***	218.716	131.218,54
Foz do Iguaçu ***	230.603	127.871,13
Guarapuava	155.331	95.401,23
Ponta Grossa	254.863	145.277,66
Londrina	418.526	580.441,19
RIO DE JANEIRO		
Campos dos Goytacazes	388.005	245.030,54
Volta Redonda	231.592	206.200,56
ACRE		
Rio Branco	227.571	129.544,83
AMAPÁ		
Macapá	219.701	100.422,35
TOCANTINS		
Araguaína ***	104.337	54.228,07
Palmas***	82.977	19.080,25
RORAIMA		
Boa Vista	162.828	106.447,69
CEARÁ		
Crateus	64.967	29.122,48
Juazeiro do Norte	188.564	215.908,06
Sobral	138.020	63.266,08
GOIÁS		
Itumbiara	78.301	58.244,96
Rio Verde	100.003	77.325,21
PERNAMBUCO		
Caruaru	231.170	164.692,66
Petrolina	189.983	175.739,12
PARÁ		
Castanhal	117.110	60.253,41
Marabá	149.665	85.359,00
Santarém	262.563	124.523,71

Estados/Cidades*	População	Preço mínimo**
<b>SERGIPE</b>		
Aracaju	425.726	504.120,21
Lagarto	74.956	35.147,82
<b>RONDONIA</b>		
Porto Velho	292.506	129.879,58
Ji-Paraná	94.705	46.194,28
<b>SANTA CATARINA</b>		
Joinville	396.276	352.482,45
Criciúma	158.482	198.836,25
Florianópolis	268.720	415.413,79
Brusque	66.162	110.464,59
Itajaí	134.261	188.794,02
Lages	148.378	102.430,80
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
Caxias do Sul	323.488	395.664,06
Pelotas	305.734	293.233,27
Bagé	114.514	92.388,56
Passo Fundo	155.297	142.599,74
Santa Cruz do Sul	99.725	1.40439,25
Santa Maria	231.638	136.574,39
Uruguaiana ***	124.147	111.468,81
<b>SÃO PAULO</b>		
Campinas	903.462	1.832.038,45
Peruíbe	40.674	50.211,18
Ribeirão Preto	453.752	771.243,66
Santos	408.656	915.517,12
São José do Rio Preto	324.492	500.103,31
Araraquara	171.113	143.269,23
Bauru	288.182	240.344,17
Franca	265.583	164.692,66
Presidente Prudente	176.073	155.319,91

Estados/Cidades*	População	Preço mínimo**
Bebedouro	72.233	73.308,32
Lins	60.169	62.261,86

Fonte: Concorrências de 01 a 07 para MMDS do Ministério das Comunicações.

\*\*\* As cidades que não obtiveram propostas nos envelopes entregues na Anatel.